

Desafios das publicações científicas

Joana Coeli Ribeiro Garcia*

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. 312 p.

Desafio. Desafios! É assim que Sueli Mara Soares Pinto Ferreira e Maria das Graças Targino, as organizadoras de *Preparação de revistas científicas: teoria e prática* iniciam o preâmbulo da obra. Com estas interjeições desenvolvem raciocínio sobre os riscos de transitar em áreas correlatas, como Biblioteconomia e Comunicação Social, embora, como elas se apresentam, sejam oriundas por formação da Ciência da Informação e por ideal, das Ciências da Comunicação. Ainda assim, as organizadoras e os autores da obra aceitam os desafios e nos brindam com este livro que se dirige tanto a quem deseja publicar artigos científicos como a quem está interessado em editar periódicos.

Tomo as palavras por empréstimo e peço licença para referir outro desafio, qual seja, a indefinição, no Brasil, relativa à continuidade de publicação, mesmo que no Caderno B, do Jornal do Brasil de 31 de dezembro de 2005, Antonio Torres noticie que, em 2005, na cena editorial, o espaço para novos autores brasileiros esteve acima do "normal". Isto significa que as editoras brasileiras superaram a sua quantidade produtiva. A novidade não inclui a publicação periódica que também tem aumentado, bastando consultar os últimos dados do *International Standard Serial Number* (ISSN). Entretanto, o periódico passa por variações de indefinição que vão da interrupção temporária até a sua paralisação definitiva.

As causas? São as mais dispare. Conscientes da situação, cientistas, professores, pesquisadores, produtores de informação e administra-

* Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Insrituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: joanacoeli@uol.com.br

dores de sistemas de informação obrigam-se a permanecer atentos aos títulos em circulação. Os três primeiros, para conhecer e encaminhar a sua produção. Os dois últimos para providenciar os devidos registros de cada título e manter as coleções atualizadas.

Quem integra e pretende integrar as categorias acima necessita acompanhar o desenvolvimento e os critérios exigidos para a manutenção da qualidade de uma revista científica. Reside aí a importância de *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*, coletânea especialmente organizada para refletir sobre a teoria de preparação de artigos científicos e a prática de produção dos veículos de comunicação desta produção.

O ciclo inicia quando autores e co-autores realizam pesquisas, consultam e lêem documentos e fontes de informação, objetivando a comunicação de resultados por meio da produção de texto, cuja aprovação requer a avaliação dos pares, antes da publicação em revista científica. São três capítulos teóricos que compõem a Parte 1 do livro. Afinal, qualquer periódico deve atentar para manter uma política editorial que valorize a produção acadêmica e que fortaleça e amplie a utilização do saber produzido, elemento essencial para novamente motivar a leitura na área de interesse do autor, como informam Adami e Marchiori no capítulo *Autoria e leitura de artigos por docentes pesquisadores: motivações e barreiras*. Destaco em Targino a discussão sobre co-autoria, em vista do incentivo pelas agências de fomento de grupos de pesquisa, inevitáveis na sociedade da informação, porquanto as tecnologias de informação e comunicação excluem alguns fatores intervenientes, como distância, deslocamento e custos. Porém, em se tratando de produção coletiva, há teorias e detalhes que a autora é pródiga em revelá-los.

Vencidas essas questões, artigo escrito, submete-se à revista. Agora, começam os dilemas do editor ou, como denomina Stumpf, "a trajetória em busca do acerto". O dilema transmuta-se no desafio da avaliação por pares. Se são muitos, minimizam a intervenção do editor, mas quase sempre atrasam a publicação. No entanto, os conselhos editoriais são indispensáveis para manter a qualidade das revistas científicas, conforme alerta de Célia Regina Simonetti Barbalho, ao longo do capítulo cinco, mesmo reconhecendo os meandros impregnados de subjetividade. De outra parte, qualquer consultor gasta tempo para ana-

lisar um artigo, quando poderia dedicá-lo à própria pesquisa e despende esforços para ajudar, quem sabe, a um potencial concorrente, segundo descrito no capítulo de Ida Stumpf, *Avaliação de originais nas revistas científicas: uma trajetória em busca do acerto*. Estas são temáticas que constituem a Parte 2.

À revista eletrônica está presente na Parte 3 da coletânea organizada por Sueli Mara Soares Pinto Ferreira e Maria das Graças Targino. Weitzel, por exemplo, se refere às transformações no modelo de comunicação, que parecem romper com antigas culturas. É a crise do modelo clássico interferindo no cotidiano dos indivíduos. São *e-prints*, *open archives* e outras mídias. Estas são detalhadas, inclusive com modelos de gestão da publicação e editoração eletrônica por Arellano, Ferreira e Caregnato, no capítulo sete, intitulado *Editoração eletrônica de revistas científicas com suporte do protocolo OAI*.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao disponibilizar o Portal de Periódicos incentiva a publicação eletrônica como forma de racionalizar os recursos das bibliotecas com a aquisição de periódicos em papel e tinta. Têm-se os gastos minimizados, elimina-se a possibilidade de descontinuidade, mas mantêm-se as garantias de preservação das memórias? A inovação tecnológica atualiza equipamentos e *softwares* com incrível rapidez. Os computadores diminuem de tamanho enquanto armazenam número cada vez maior de dados, mas ainda não há garantias de permanência para o que está sendo armazenado. O papel é ainda o material que consegue perpassar os tempos. Por isto, há autores que preferem manter as suas publicações nas estantes, ao invés de utilizar os *hardwares* dos computadores. São exatamente os que mantêm as publicações nos dois formatos, e na hora de decidir onde publicar, escolhem em papel e tinta.

A Parte 4 de *Preparação de revistas científicas...* reporta aos conteúdos e à forma das revistas em Comunicação Social. No capítulo oito, Daniel E. Jones perpassa por aspectos temáticos, como: audiências e efeitos, mensagens políticas e comerciais, tendências americanas, européias e realidade lusofônica, conduzindo os leitores a refletir sobre revistas acadêmicas e magazines. Este é seguido dos critérios de qualidade que valorizam a forma, no capítulo nove, *Crítérios de qualidade para as revistas científicas em comunicação*, de Sueli Ferreira, o qual

visa a divulgar e ampliar os conhecimentos, integrar os periódicos às bases de dados nacionais e internacionais e contribuir para a sua consolidação.

Para um periódico científico adquirir credibilidade são ainda indispensáveis três elementos: boa pesquisa que forneça as condições para a realização de um bom artigo; quantidade de artigos que possibilite seleção com base em critérios internacionalmente aceitos; e recursos financeiros que garantam a execução dos critérios estéticos e de qualidade gráfica que envolve a publicação. Por tudo isto, o livro em pauta, de leitura interessante e estimulante, me deixou com vontade de "querer mais". Senti falta de capítulo tratando de recursos financeiros e das garantias de manutenção de periodicidade. Algumas alternativas e questionamentos são então levantados:

- Manutenção das revistas por meio de assinaturas. Ora, todos os que foram ou são editores, no Brasil, sabem que elas não cobrem os custos de edição, e, portanto, não garantem circulação sistemática.
- Solicitação de financiamento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É compreensível que o CNPq não dispõe de recursos para financiar todos os periódicos nacionais. Há que se pensar em critérios e entender que critérios de seleção estabelecem exclusões e provocam o famoso "efeito Matheus".
- Recorrer às sociedades científicas. Estas atravessam seus próprios problemas financeiros, a área da Saúde constitui um bom exemplo. Algumas delas se reúnem e arcam com as despesas da *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*.
- As próprias fundações de amparo à pesquisa também têm condições de atendimento à demanda de todas as áreas em sua circunscrição, privilegiando, portanto, as instituições de ensino do respectivo estado.
- Empresas privadas têm algum interesse neste tipo de publicação?

- Como atender às solicitações de bases de dados que indexam os títulos de periódicos, quando existem unicamente no formato eletrônico, e algumas delas exigem exemplares impressos?

O elenco de alternativas não tem a pretensão de complementar a obra ou de esgotar o assunto. Objetivam tão-somente estimular a discussão entre os leitores e motivar uma nova edição. É isto por aquilatar a importância da obra e reafirmar a competência dos autores envolvidos.

No mais, é refletir sobre como é confortável editar um periódico. É uma vitória, em termos de ultrapassar dilemas e desafios enraizados no processo editorial. Vencidos, eles culminam em interações efetivas e gratificantes: editor-autor-assessor-leitor. Editar é coroar a produção intelectual que começa com a geração de idéias e termina num trabalho coletivo levado a público. É a satisfação do pesquisador ao divulgar os conhecimentos gerados e contribuir para que outros o absorvam e transmutem-no, dando seqüência ao ciclo inesgotável do saber.

Reconheço e aplaudo o trabalho realizado por todos esses "quixotes", que a despeito dos fatores intervenientes conduzem à editoração a termo, como se a eles, e somente a eles, coubesse tal responsabilidade. Deles e das questões que os afetam, no plural, nos falam Anderson Adami, Célia Regina Simonetti Barbalho, Daniel E. Jones, Ida Regina Chitto Stumpf, Maria Cecilia Gonzaga Ferreira, Maria das Graças Targino, Miguel Ángel Márdero Arellano, Patricia Zeni Marchiori, Rildeci Medeiros, Rosaly Favero Kryzanowski, Simone da Rocha Weitzel, Sônia Elisa Caregnato e Sueli Mara Soares Pinto. Um grupo de 13 autores das ciências da Informação e da Comunicação, que venceram desafio e desafios - no singular e no plural - e contribuíram para o aumento do número de publicações brasileiras, dedicando-se ao periódico científico, à revista científica ou à publicação que reúne artigos e contribuições e recebe tal denominação porque publicada a intervalos regulares.

Algumas questões fundamentais explicadas por autores que possuem excelência em comunicação

Julia Sant'Ana

Por que as comunicações e as artes estão convergindo?

Questões Fundamentais da Comunicação

Sidney Ferreira Leite

O cinema manipula a realidade?

Questões Fundamentais da Comunicação

Ana Maria C. Figueiredo

Comunicação: troca cultural?

Questões Fundamentais da Comunicação

Claudia Novaes Pinto Corêa

Publicidade: é possível escapar?

Ana Maria C. Figueiredo

Teledramaturgia brasileira: arte ou espetáculo?

Questões Fundamentais da Comunicação



MIKT - PAULUS 1

Adquira esses e outros títulos pelo tel. 11 3789.4000, acessando o Portal www.paulus.com.br ou na PAULUS mais perto de você.


PAULUS


1931 2006

Desvendando o mundo da pesquisa em Comunicação

Paulo Fernando de Carvalho Lopes*

BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. 380 p.

Comunicação, campo investigativo pluridisciplinar. Pesquisa, atividade intelectual de investigação. Mérodos e técnicas, instrumentos de investigação. A junção dos quatro elementos resulta na produção de um livro que questiona, informa e indica os métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. Os organizadores reuniram diversos pesquisadores, na área da Comunicação, com experiência ou no ensino, na pesquisa ou em ambos os segmentos, com objetivo de cada um produzir, a partir de uma área ou instrumento investigatório específico, um capítulo.

Agrupados de acordo com as suas especificidades, cada autor ou dupla de autores desenvolve tema relacionado a instrumentos essenciais à pesquisa na área. Diante do fôlego da publicação, um questionamento se fez presente: como resenhar um livro composto por 23 capítulos de diversos autores sobre diferentes assuntos que possuem pontos em comum, mas significados distintos, sem correr o risco de tomar o todo pela parte ou a(s) parte(s) pelo todo, cometendo profundas injustiças com os autores? Diante do dilema, a opção foi traçar uma panorâmica, descrevendo, com concisão, cada capítulo, a fim de trazer o leitor para junto e obter opinião compartilhada.

Iniciando o percurso expositivo, José Marques de Melo aborda a trajetória da pesquisa em Comunicação no Brasil, as metodologias, os métodos e as técnicas utilizadas historicamente no País. Em seguida, Isaac Epstein discute a relação entre ciência, poder e comunicação em uma perspectiva que revê o papel da ciência, apresenta uma análise do

* Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

poder a partir de três orientações epistêmicas – tradicional, teoria crítica e orientação agonística para problematizar sobre a definição de Teoria da Comunicação, do campo da Comunicação e da sua interdisciplinaridade. Encerrando as discussões filosófico-epistemológicas, Antonio Teixeira de Barros e Jorge Duarte, os dois organizadores, indicam os passos a serem seguidos na elaboração do projeto de pesquisa em comunicação ambiental.

Iniciando, especificamente, as abordagens sobre os diversos procedimentos metodológicos, Ida Regina Stumpf, escreve sobre pesquisa bibliográfica, definindo-a e destacando a sua importância como etapa inicial de qualquer projeto de pesquisa. Ao focar a entrevista em profundidade como técnica de coleta de dados qualitativa, Jorge Duarte elabora o histórico do tema, diferenciando hipótese de pressuposto e definindo as características das entrevistas abertas, semi-abertas e fechadas.

Maria Cristina Gobbi, por sua vez, enfatiza a relevância do método biográfico como técnica de pesquisa qualitativa e a sua importância para o jornalismo ao distinguir fontes primárias de secundárias. História a trajetória do método, apresentando olhares e vozes, além de focar a distinção entre biografia literária, história de vida e biografia científica.

Em uma interação entre etnografia e Comunicação, Isabel Travancas revela como uma técnica da Antropologia pode ser útil à Comunicação, a partir da coleta de dados, na utilização do caderno de pesquisa de campo e do uso de instrumentos, tais como entrevista aberta e em profundidade e observação participante. Samantha Castelo Branco traz um histórico acerca da folkcomunicação, desde a origem do conceito e do pensamento do seu fundador, Luiz Beltrão. Trazendo para a atualidade, aborda as recentes contribuições metodológicas para este campo de pesquisa.

Por seu turno, Cicilia Peruzzo descreve a pesquisa participante, ao recorrer ao histórico deste método no Brasil e no vasto campo da Comunicação. Enfatiza a sua função, o papel do pesquisador, o tempo necessário para o pesquisador amadurecer, as vantagens da pesquisa participante com o retorno do conhecimento mais aprofundado sobre o objeto de estudo e a diferença entre observação participante e pesquisa-ação.

Trazendo instrumento de pesquisa resultante da área tecnológica, Eloi Yamaoka disserta sobre o uso da internet e de sua importância como instrumento de coleta de dados. Para tanto, define passos e conceitos elementares e estabelece/mostra um plano de busca no ciberespaço. Ana Lúcia Novelli descreve a pesquisa de opinião enquanto instrumento metodológico valioso para a sociedade contemporânea. Sem dúvida, o pesquisador precisa de métodos quantitativos para mensurar a coleta de dados em pesquisas com grande número de entrevistados.

Maria Eugênia Costa analisa o grupo focal, em sua condição de método qualitativo, o qual busca no foco uma agenda oculta do problema. Descreve, com precisão, os passos para fazer as pesquisas. Luiz Carlos Lasbeck ressalta o método semiótico como importante para a análise de linguagem. Em se tratando de Henrique Codato e Flor Lopes, estes se ocupam da diferença entre semiologia e semiótica como ferramentas metodológicas, traçando, ainda, um breve histórico.

Sobre o estudo de caso, Márcia Duarte indica os passos a serem seguidos ao se fazer determinado tipo de pesquisa. Margarida Kunsch define paradigmas, conceitos, objetivos e perspectivas, além dos métodos e instrumentos usados numa auditoria na esfera da comunicação organizacional. João José desvenda as culturas organizacionais, tomando como fundamento a concepção da cultura, além de apresentar técnicas e análises a serem empregadas.

Sonia Virginia Moreira discorre a respeito de análise documental enquanto método e técnica. Em primeiro lugar, define o que é este tipo de análise, o percurso que o pesquisador deve fazer e finaliza o texto com três exemplos do emprego da análise documental. Wilson Fonseca Júnior conceitua, historia, contextualiza e atualiza a análise de conteúdo, indicando, também, os passos seguidos em uma pesquisa que a adota. Eduardo Manhães, dentro do campo da análise do discurso, descreve as principais contribuições e a influência da pragmática e dos estudos ingleses para tal abordagem.

Quanto a Sérgio Porto e Fernando Bastos, enfocam a hermenêutica como método investigativo da linguagem. Fazem um percurso histórico, com o intuito de refinarem a concepção, preocupando-se, ainda, em mostrar a sua aplicabilidade na filosofia da linguagem e na publicidade. É a hermenêutica como método investigativo de busca da verdade

nos textos. A Iluska Coutinho coube trabalhar a leitura e análise de imagem. Ressalta a sua importância na investigação visual e no campo da comunicação, a partir de três linhas de investigação: a que considera imagem como documento; como narrativa; como leitura do mundo. Iluska indica, ainda, o percurso a ser seguido pelo pesquisador que trabalha com análise de imagem.

Retomando o campo da comunicação organizacional, agora sob a ótica da imagem, Wilson Bueno enfoca a auditoria de imagem como "instrumento ou metodologia para avaliar a presença e a imagem de uma organização junto a determinados públicos ou a opinião pública, de maneira geral" (p. 347). Trata especificamente da auditoria da imagem na mídia, no contexto da comunicação empresarial, ou seja, sobre a construção da imagem de uma organização via meios de comunicação. Por fim, Maria das Graças Targino escreve sobre redação técnico-científica como forma de libertação, alertando para os erros mais comuns, além de discutir a percepção da produção científica, considerada como "*bicho-papão*" ou fator imobilizante devido a excesso de regras e normas e, sobretudo, à ausência de manuais ou de um métodos de ensino adequados.

Mesmo identificando e ressaltando a relevância da publicação *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* para os estudos no campo, existem dois pontos que devem ser considerados em futuras investidas dos autores e/ou organizadores. Uma refere-se ao tipo específico de leitor indicado na contra-capa - estudantes de graduação, quiçá, pós-graduação. Parece que ora esse leitor é alguém que desconhece o objeto retratado, ora é alguém que possui intimidade com a temática. Pensando na primeira possibilidade, em sua angústia ou no seu desconhecimento, em alguns textos faltam exemplos que permitam melhor visualização do método proposto. O segundo ponto é a falta de organização interna na classificação dos métodos. Isto pode conduzir a uma dificuldade de identificá-los num contexto mais geral do campo científico.

A internet e a universidade: impactos na educação?

Francisco das Chagas de Souza*

MACEDO, Maria de Fátima Uchoa de Castro. *A internet na universidade brasileira*. Teresina: EDUFPI, 2005. 213 p.

Uma discussão em torno da disponibilidade e do uso dos recursos tecnológicos de informação e comunicação na sociedade moderna traz à baila um incontrolável universo de questões. Estas passam os campos da economia, da história e as relações em sociedade, além das percepções e valorações em torno do tradicional e do inovador, dentre outros aspectos e conhecimentos. Portanto, chama para a sua apreciação um número vasto de especialidades e especialistas já estabelecidos e, também, os quase especialistas ou os muito curiosos, que transitam em meio ao universo do informata, do engenheiro eletrônico, do bibliotecário, do analista de sistemas e assim por diante.

Quando conduzido para esse feixe de recursos e de ferramentas, conhecido como internet, o leque se amplia, seja quanto aos conhecimentos que mobiliza para ser entendida e explicada ou quanto aos especialistas, quase especialistas, pseudo-especialistas e muito curiosos que pretendem construir a internet e definir as suas formas e os seus usos. Mais ampla ainda fica a discussão quando aporta no campo educacional. Então, são mobilizados todos os interesses, despertadas todas as ganâncias e potencializadas todas as reações negativas à sua inserção no espaço escolar ou, ao contrário, extremadas todas as defesas e baixadas as cautelas que, num primeiro momento, possam parecer pertinentes.

A cada novo degrau que se avance, por exemplo, internet na educação infantil, internet na educação fundamental ou internet na universidade, tanto mais complexidade se acrescenta à compreensão dos

* Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: chagas@cin.ufsc.br

papéis variados que os recentes recursos tecnológicos de informação e comunicação representam no desenvolvimento das ações humanas na sociedade contemporânea.

O livro que ora se aprecia está inserido nesta discussão e trata da internet na universidade brasileira. Busca compreender as percepções e os valores que docentes formadores de outros docentes mantêm, o uso que fazem e os impactos que avaliam ser decorrentes do uso dos recursos proporcionados pela internet e da inserção e conseqüências que vêem como possíveis a partir da sua inserção no ambiente didático-pedagógico em que atuam.

Sobre o livro em si, trata-se de obra oriunda de investigação acadêmica que resultou em tese de doutoramento intitulada *Apropriação de conhecimentos através do uso da Internet: implicações para o trabalho docente nas licenciaturas*, defendida, em 2005, na Universidade Federal do Ceará. Sua estrutura abriga sete capítulos que abordam os seguintes temas:

a) A inserção social das novas tecnologias de informação e de comunicação (TICs) nas últimas décadas e a força com que impactam a sociedade, contribuindo para o redimensionamento da ordem estabelecida. Segundo o seu entendimento, as mudanças daí decorrentes refletem diretamente na educação, com apelo imediato sobre a atuação docente, exigindo deste, em quaisquer níveis de ensino, atualização e assimilação de novas habilidades para lidar com os recursos tecnológicos que possam ser inseridos nessa esfera de ocupação humana.

O seu *locus* de investigação refere-se à Universidade Federal do Piauí (UFPI), de onde extrai uma amostra de 122 docentes.

A sua indagação mais focalizada toma duas vertentes: uso de conteúdo e emprego de ferramentas. Em seus próprios termos: “o uso das informações veiculadas na internet, bem como das ferramentas de comunicação nela disponibilizadas contribui para ampliar as bases de conhecimentos específicos dos docentes nas licenciaturas?” (p. 29). A partir desta indagação constrói um dos objetivos de pesquisa, dirigido para o estudo, no âmbito da UFPI, do “processo de apropriação de conhecimentos por meio das informações veiculadas na internet e suas implicações para o trabalho docente” (p. 29), nos 11 cursos de licenciatura ofertados pela Instituição.

b) Discussão teórica em torno do conceito e da conformação da chamada sociedade do conhecimento. A autora ressalta a presença da internet como espécie de síntese ou feixe de tecnologias que oferece aos “meios de comunicação a agilidade necessária para interligarem continentes [...] consolidando a [...] sociedade da informação ou sociedade do conhecimento ou sociedade do aprendizado” (p. 37), além de abordar a mutante configuração da sociedade contemporânea, os seus vários rótulos, o seu funcionamento em redes e as implicações que os vários fenômenos que a compõem produzem sobre a existência dos indivíduos e grupos sociais. E, particularmente, o que pode impor e demandar do setor educacional, considerando, especialmente, a presença das instituições de ensino superior. Neste caso, a postura do professor precisaria “se antecipar às decisões oficiais, no sentido de inovar e se posicionar diante da realidade” (p. 47).

c) História da Rede e, mais largamente, sobre as ferramentas de que dispõe com potencial de uso no ensino. Pontualmente, ao tratar do tópico a *Internet no ensino*, adentra na descrição das várias ferramentas, destacando a sua aplicação e a extensão dessa aplicação em quatro experiências de Educação a Distância (EAD) desenvolvidas no ensino superior do País.

d) Aspectos relacionados à produção de conhecimento e ao desenvolvimento no âmbito da universidade, entendendo que docentes e a própria instituição de ensino superior têm papel central na superação das limitações recentemente impostas ao mundo do trabalho e, em particular, ao universo ocupacional dos trabalhadores da educação, aportando possibilidades da ampliação do acesso à informação.

e) Discussão sobre o envolvimento da universidade na formação dos professores e as limitações impostas pela dependência política e econômica do País às propostas apresentadas pelos organismos financeiros internacionais, ressaltando os sentidos e as limitações atribuídas para a noção de competência quanto à atuação docente no geral e nas instituições de ensino superior (IES), em particular. Nessa mesma direção, examina os limites e as possibilidades quanto às inovações pedagógicas que podem ser desenvolvidas na universidade.

f) *A internet na universidade brasileira*, com certa extensão textual, apresenta os resultados que obteve empiricamente no seu esforço de descoberta. Isto é, oferece relato e discussão de como se dá e como é

percebida pelos sujeitos da pesquisa a apropriação do conhecimento via internet. O esforço da autora é o de expor o perfil dos docentes participantes da pesquisa, em diferentes aspectos, como faixa etária, sexo, formação etc. Mostra e discute a visão dos respondentes no que se refere à internet, no âmbito da UFPI, vista como um conjunto de recursos que permitem a ampliação de conhecimentos graças à possível utilização como elemento didático-pedagógico ou como elemento que amplia os saberes docentes ou relativamente à sua inserção no ambiente de sala de aula, sobretudo, no tocante às resistências que enfrenta e às inovações que pode produzir. Mais adiante, discute as percepções que os pesquisados nutrem em relação às mudanças que a internet proporciona na atividade docente e, por fim, mostra o que muda na formação de professores.

g) Recomendações à UFPI e às universidades brasileiras em geral, como também aos docentes universitários. Nesse momento, algumas das sínteses parciais são muito reveladoras do quadro encontrado junto aos pesquisados que, a rigor, não podem ser extrapoladas para todos os ambientes universitários brasileiros voltados para a formação de licenciados e, menos ainda, para as práticas de EAD.

Por fim, a autora conclui “que a Internet [...] constitui elemento que favorece a busca de inter-relações de pessoas e grupos [e] propicia mudanças de papéis e de concepções [e] estimula a construção de conhecimento no plano individual e coletivo”. Portanto, é possível afirmar que a publicação em apreço traz uma contribuição relevante, embora restrita ao ambiente da UFPI e se insere no universo editorial brasileiro como discurso que pode ser somado aos poucos que vêm mapeando os esforços existentes no País no que diz respeito à inserção da informática na educação, da internet no ensino e das TICs na EAD.

Quanto aos aspectos econômicos e sóciopolíticos, notoriamente entranhados nessa discussão, e sobre os quais há farta literatura internacional acadêmica e jornalística, a autora passa ao largo. Privilegia bibliografia plural que faz um discurso confirmatório do pensamento único do neoliberalismo, que a própria autora, ainda que tente em vários momentos, não consegue superar, mesmo quando insere citações de ícones do pensamento social e educacional, tidos como de filiação libertária.

Pelo teor de *A internet na universidade brasileira*, inexistente salvação para os docentes universitários fora da assimilação, da apropriação, da propagação e do uso, política e economicamente inquestionável das TICs, no ambiente de formação de educadores. A autora concede o questionamento apenas no âmbito da teoria cognitivista e, para tanto, busca amparo em Vigotsky. Finalizando, ainda que considere o texto, como um todo, carregado de forte ingenuidade política, recomendo a sua leitura para todos os que ora discutem as questões relativas à inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação na formação de educadores.



Desculpe a nossa fraude

Sadia Castro*

AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. *PLIM PLIM: a peje de Brizola contra a fraude eleitoral*. São Paulo: Conrad Ed. do Brasil, 2005.

Um livro de capa vermelha, tendo como título principal o *PLIM PLIM* da Rede Globo, escrito em enormes letras negras e uma foto do rosto de Roberto Marinho, posando de Einstein e ainda por cima, figurando em um dos locais nobres das livrarias para atrair a atenção do público, já é suficiente para despertar a curiosidade de alguém. Contudo, o leitor poderá ser convencido a lê-lo, logo depois da primeira folheada: são muitas ilustrações, texto diagramado feito colunas de jornal impresso, letras grandes e um bom espaço entre as linhas. E ao contrário da maioria dos livros, várias páginas são pretas e escritas com letras brancas. Uma maneira simbólica de dizer, exatamente, a que a obra se dedica, qual seja, “botar o preto no branco” e esclarecer o que aconteceu nas linhas e entrelinhas, na mídia e nos bastidores, o que foi dito e o que foi silenciado sobre as eleições para governador do Rio de Janeiro no ano de 1982.

Esta história é contada no livro *PLIM PLIM: a peje de Brizola contra a fraude eleitoral*, publicado pela Conrad Editora do Brasil em 2005. Os autores são Paulo Henrique Amorim, cujo nome dispensa maiores comentários sobre a sua atuação no jornalismo brasileiro e à época do caso, editor do *Jornal do Brasil*, em parceria com a jornalista Maria Helena Passos, que atuava na revista semanal *IstoÉ*.

O processo eleitoral brasileiro é reconhecido atualmente como um dos mais eficientes e seguros do mundo, servindo de exemplo para vários países, inclusive, para os Estados Unidos da América, berço da

* Doutoranda em Ciências da Educação, Universidade Federal do Ceará. Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica, Piauí. E-mail: sadia_1016@hotmail.com

tecnologia. Os norte-americanos são encantados com o modelo brasileiro de realizar eleições. Ao contrário deles, aqui os resultados são seguros, à prova de fraude e divulgados rapidamente, logo depois de encerrada a votação. Porém, de acordo com o relato dos autores que presenciaram *pari passu* o acontecido em 1982, no Rio de Janeiro, fraudar eleições no Brasil não constitui tarefa impossível. Pode se dar tanto pela manipulação dos recursos tecnológicos empregados como da opinião pública.

PLIM PLIM: a pejeja de Brizola contra a fraude eleitoral consegue reproduzir com fidelidade literária toda a tensão dos quase 30 dias de apuração no Rio de Janeiro, na primeira eleição para governador, quando do Regime Militar. Na época, os candidatos eram Moreira Franco (PDS); Miro Teixeira (PMDB); Leonel Brizola (PDT); Sandra Cavalcante (PTB) e Lysâneas Maciel (PT). A intenção dos idealizadores da fraude, que entrou para a história da imprensa e da justiça eleitoral brasileira, era eleger um nome de direita, no caso, Moreira Franco, que serviria de braço forte para a campanha do próximo candidato à Presidência da República escolhido pelos militares. Nesse sentido, a vitória de Leonel Brizola era o pior que poderia acontecer, embora figurasse nas pesquisas de intenção de voto como o favorito. Como decorrência, era preciso “*extirpá-lo*”.

Brizola participava do pleito carregando no currículo anos de exílio, um mandato de governador do Rio Grande do Sul antes da ditadura e um mandato de deputado federal concedido pelos eleitores do Rio e cassado pelo Regime Militar. Assim, para evitar que ele chegasse ao Palácio Guanabara, segundo os autores, foi montada uma operação de guerra para eleger na força ou na melhor, na fraude, o candidato do PDS. Os responsáveis por essa empreitada eram a Proconsult, empresa contratada por meio de uma licitação pública pouco clara, e pela Rede Globo de Televisão. De acordo com o livro, os papéis foram assim distribuídos: à Proconsult caberia alterar a totalização dos votos repassados pelos boletins do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Sistema Globo de Comunicação prepararia a opinião pública para “engolir” a vitória de Moreira Franco. E como isso era feito? No sistema de contagem foi instalado um programa que ficou conhecido como “*diferencial delta*”, destinado a subtrair da conta de Brizola os votos brancos e nu-

los destinados a todos os outros candidatos a governador, provocando redução de mais de 500 mil votos, quantidade suficiente para colocar o candidato do PDT na posição de "lanterninha" da fila dos concorrentes.

Para impressionar ainda mais a população do estado do Rio, ao contrário do que ocorria nos demais estados brasileiros, os primeiros votos divulgados pela Globo eram os vindos das seções do interior, onde o candidato do PDS mantinha maioria, deixando por último os boletins da capital, reduto eleitoral de Brizola:

O argumento, falso, era o de que o eleitorado de Brizola era ignorante e não sabia votar. Mas o que aconteceu foi que, na Baixada Fluminense, e nos bairros mais pobres do Rio de Janeiro, onde os fraudadores apostavam mais que isso aconteceria, deu-se ao contrário. Houve ali um voto muito consciente. (p. 173)

A Rede Globo era o único veículo de comunicação que divulgava primeiro o resultado do interior, com o objetivo antes citado de levar a população a crer que Moreira Franco ganharia a eleição, e, portanto, fazer com que a militância pedetista perdesse a força da vigilância e a fraude seguisse livremente. Foi quase um mês de tensa apuração. A população estava atônita com a ciranda de números contraditórios divulgados a todo instante pelas estações de rádio, televisão e jornais impressos. Os números da Rede Globo não coincidiam em nada com os apresentados pelas apurações paralelas do próprio PDT e do Jornal do Brasil (JB), que culminou sendo o primeiro meio de comunicação a denunciar a Proconsult junto à Justiça Eleitoral.

O resultado final das eleições do dia 15 de novembro só teve o seu fim em 13 de dezembro. Nesse ínterim, a guerra de números e de nervos travada entre os veículos de comunicação tinha dois protagonistas centrais, que se opunham na divulgação dos resultados da apuração: JB e Rede Globo. Então, como era de se esperar, os jornalistas das duas empresas passaram a trocar farpas, levando o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro a entrar na briga, publicando uma nota, segundo a qual, "a Rede Globo, se esmera em apresentar projeções baseadas em dados colhidos com parcialidade, para assim chegar à conclusão que a opinião pública considera distante do pronunciamento do povo da

rua." No calor das denúncias, carros e repórteres da Globo são apedrejados nas ruas.

Enquanto isso, Leonel Brizola convoca a imprensa internacional, denuncia a tentativa de fraude e, astutamente, em seu depoimento, isenta o TRE, afirmando que a Justiça Eleitoral era tão vítima da trama quanto os partidos e os candidatos. De qualquer forma, o escândalo da fraude crescia à medida em que a apuração se arrastava. As investigações tornavam-se cada vez mais difíceis, pois as provas desapareciam misteriosamente, conforme trecho constante do livro: "29 de novembro de 1982, segunda-feira. Mal começa a semana e os escombros da eleição eram revirados à procura de desaparecidos. Sumiram provas, votos, sumiu o programa fonte. Cadê tudo isso?" (p. 146)

Por fim, a Justiça Eleitoral se convence da existência de tentativa de desvio de votos. A Globo, não tendo mais como esconder, veicula o crescimento prol Brizola. A Proconsult é afastada da apuração. O TRE solicita ao Departamento da Polícia Federal a apuração das denúncias de irregularidade. O JB, autor das primeiras denúncias, encerra os 29 dias de controvérsias, informando o resultado da sua apuração paralela, que coincide em quase 100% com o resultado oficial. A este respeito, trecho de *PLIM PLIM: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral* afirma:

Comparando com o resultado oficial anunciado pelo tribunal a diferença não chegava a meio por cento, o que é humanamente impossível de acontecer. Nenhuma pesquisa trabalha com essa margem de erro. Para mim o TRE deu um jeito de aproximar o resultado oficial daquele projetado pelo JB para não haver mais problemas.

Paulo Henrique Amorim e Maria Helena Passos apresentam vários documentos e depoimentos concedidos por jornalistas que trabalhavam na Globo à época, os quais demonstram com nitidez o empenho pessoal de Roberto Marinho em derrotar Leonel Brizola nas referidas eleições. E ironizam a forma como o dono das Organizações Globo é apresentado pelas publicações que tratam dos seus 100 anos de nascimento e dos 40 da TV Globo. Dizem assim:

Como empresário ele teria sido uma combinação de Sir. John D. Rockefeller e Aristóteles Onassis – quer dizer, numa pessoa só, Calvino e Don Juan.

Como homem das letras, imortal como se sabe, era uma espécie de Diderot – capaz de escrever e editar uma ‘enciclopédia’ a cada dia, em diferentes mídias.

Como humanista, um verdadeiro Oskar Schindler, destemido salvador de comunistas procurados pelo regime no Brasil.

Como colecionador, um amante das artes, um Médici.

Nos esportes, fez de tudo: um Hércules sobre e sob as águas.

Ratificando tudo o que foi dito sobre a influência de Roberto Marinho nas eleições em 1982, o livro encerra com entrevista do próprio Marinho, concedida ao *New York Times*, no ano de 1987, na qual reafirma, categoricamente, o desejo de derrotar Brizola:

Em um determinado momento, me convenci de que Leonel Brizola era um mau governador. Ele transformaria a cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro em uma cidade de mendigos e vendedores ambulantes. Passei a considerar o Sr. Brizola daninho e perigoso e lutei contra ele. Realmente, usei todas as possibilidades para derrotá-lo na eleição.

Apesar das lacunas sobre o caso, ainda não preenchidas ao longo da história nacional, é importante conhecer os meandros de uma trama gigantesca motivada por confluência de interesses. Ela comprova que, independente de todos os recursos da tecnologia, ainda é possível alterar os resultados de uma eleição, recorrendo à manipulação das máquinas e das massas. Esse é o desfecho do livro *PLIM PLIM: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral!*



Apasionante declaração de amor pelo jornalismo

Antonio Hohfeldt*

GENTILLI, Victor. *Democracia de massas: jornalismo e cidadania*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2005, 180 páginas.

O que mais gosto neste livro de Victor Gentilli é a paixão com que foi escrito. Paixão, sim, mas não isenta de racionalidade. Pode parecer antitético, mas não é. Observe: há paixão porque o livro tem um pressuposto fundamental: acredita no jornalismo, na sua vitalidade, na sua existência real. Mas tem racionalidade porque quer comprovar, pela razão e pela prática, tal existência, dirigindo-se sobretudo àqueles que, como bem aponta Luiz Martins, no prefácio da obra, parecem não acreditar mais no jornalismo ou/e sobretudo, em sua função social.

Tendo sido jornalista por mais de 20 anos, continuo jornalista, ainda que não frequente mais uma redação de jornal. Sei que jornalista é aquele que tem a exigência íntima, a necessidade extrema de transmitir, de relatar a um outro, um acontecimento a que assistiu, ainda que por um acaso. Jornalista é aquele que se sente responsável, eticamente, por difundir a novidade, não pela simples novidade, mas porque ela pode significar uma mudança colossal na realidade imediata, inaugurando um novo momento de nossas vidas.

Matéria-prima da historiografia, para muitos, o jornalismo é, na verdade, paixão e racionalidade. Paixão, porque exige a dedicação de 24 horas por dia. A gente não está – a gente é jornalista, permanentemente. Não conhecemos dia de folga. Não sabemos o que é licença ou férias. Porque se lá, onde estivermos ainda que em descanso, acontecer algo que seja relevante, socialmente falando, lá estaremos nós, atuando enquanto jornalista. Racionalidade, porque, para além das fórmulas consagradas, pirâmide invertida ou não, temos de escolher, a cada

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, onde leciona Teorias da comunicação e Comunicação e opinião pública.

momento, não o relato, apenas, mas a forma do relato, os elementos a serem destacados, salientados, postos em relevo, aqueles elementos, enfim, que farão, efetivamente, do acontecimento, uma notícia.

Há responsabilidades em tudo isso. O jornalismo, pode-se dizer, nasceu com o próprio drama da humanidade: a expulsão do paraíso terrestre e a condenação do ser humano à dor e ao sofrimento inauguraram o jornalismo. Mas o relato jornalístico avançou: foi retrato da tragédia do assassinato de Abel por Caim; da confusão criada em Babel; do tsunami de que se salvou Noé, e assim por diante.

Os navegadores e os descobridores fizeram jornalismo em seus diários de bordo. Defoe inventou contos que jurou serem relatos jornalísticos verídicos. Euclides da Cunha inaugurou no Brasil a função do enviado especial. João do Rio e Lima Barreto – opostos e complementares entre si – inauguraram a modernidade do jornalismo brasileiro, aquela do jornalista que vai às ruas, que conversa com gente, que faz entrevista e reportagem, que transmite vida, enfim, em seus parágrafos.

Passamos pelo *new journalism*, enfrentamos a ditadura com a coragem de profissionais como um João Antonio de “Olá, professor, há quanto tempo”, e de toda a turma da *Realidade*. Chegamos ao jornalismo entretenimento, depois da revolução da década de 50, quando abandonamos o nariz-de-cera e descobrimos a objetividade.

Muitos, hoje, descreem no jornalismo. Victor Gentilli, não. Porque ele liga, de maneira umbilical, o jornalismo à cidadania e à democracia. Depois de quatro alentados, densos e profundos capítulos a respeito da sociedade de massas – capítulos em que a mais ampla bibliografia é revisitada e reanalisada criticamente – o autor nos leva até o centro daquele que é o valor supremo da democracia e da cidadania: o direito à informação por parte do cidadão. E então, diz o óbvio, mas um óbvio que precisa ser redito e lembrado: só o jornalismo propicia a informação, em seu sentido mais essencial. Daí a sua importância e o seu papel. O capítulo 7, desse livro, é central, neste sentido. Porque, como afirma Gentilli, o direito à informação articula todos os demais direitos, dos individuais aos humanos.

Victor Gentilli não teme misturar autores, às vezes até contraditórios. Assim, de uma citação de Hanna Arendt, salta para uma epígrafe de David Riesman: desde que a referência ajude em seus argumentos

na reafirmação do jornalismo, Gentilli acopla aquela citação a sua artilharia (pesada, diga-se de passagem, mas sempre portátil): seu objetivo é, através dos mais diversos argumentos, convencer o leitor quanto à importância e ao papel social do jornalismo.

Por tudo isso, a gente lê esse livro com entusiasmo: especialistas e não-especialistas, jornalistas e não-jornalistas. É como um grande romance, de que se conhece antecipadamente o fim: de qualquer modo, deve-se ler o livro até o final; quem sabe, de repente, o autor não mudou de idéia e modificou o *happy end* sem nos avisar? Felizmente, aqui, o autor não nos trai. Pelo contrário, até o último parágrafo, ele bate e rebate na mesma tecla: o jornalismo é a atividade que se ocupa basicamente da difusão de informação no mundo moderno, isto é, da constante sintonização com a atualidade, do provimento daquela orientação básica indispensável para as decisões cotidianas, desde as mais elementares até as mais complexas. Ufa!, que bom, Victor Gentilli continua acreditando no jornalismo.

